



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

Em 10/04/02

Assessoria de Plenário

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA**

**ATA DA 49ª  
(QUADRAGÉSIMA NONA)  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**

**EM 9 DE ABRIL DE 2002.**

## **SÚMULA**

**PRESIDÊNCIA:** Deputado Gim.

**SECRETARIA:** Deputado João de Deus.

**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**INÍCIO:** 15 horas e 52 minutos.

**TÉRMINO:** 17 horas e 14 minutos.



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

## 1 - ABERTURA

### Presidente (Deputado Gim):

- Está aberta a sessão.  
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

## 2 - ORDEM DO DIA

(1º) ITEM 1: Discussão e **votação**, em 2º turno, da **Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 52, de 2001**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera o art. 131 da Lei Orgânica do Distrito Federal", **APROVADO** com 19 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 4 ausências.

(2º) **ITEM INCLUÍDO**: Apreciação da **redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 52, de 2001**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera o art. 131 da Lei Orgânica do Distrito Federal". **APROVADA** nos termos do § 5º do art. 204 do Regimento Interno.



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

(3º) ITEM 9: Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 2.937, de 2002**, de autoria do Poder Executivo, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e intermunicipal e de Comunicação".

- Parecer favorável do relator da **CEOF**, Deputado César Lacerda. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

- Parecer favorável do relator da **CCJ**, Deputado Wilson Lima. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

- **Votação** do projeto em 1º turno. **APROVADO** com 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

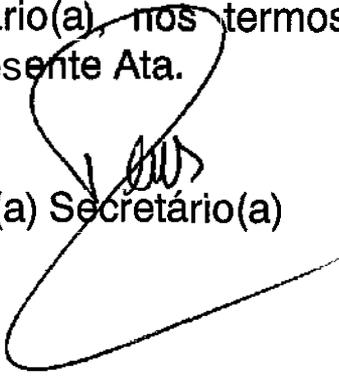
### 3 – ENCERRAMENTO

#### Presidente (Deputado Gim):

- Convoca os deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida.

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

  
Primeiro(a) Secretário(a)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado João de Deus a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. deve ter percebido que há na galeria vários trabalhadores da área de educação. Também há trabalhadores em frente à Câmara Legislativa realizando uma assembleia.

Trata-se de uma assembleia que conta com a presença de milhares de professores que mantêm uma greve não solucionada pela Deputada Eurides Brito, ex-Secretária de Educação, que se encontra presente neste plenário.

O debate será feito agora, até porque temos a responsabilidade de discutir os importantes pleitos da categoria, que não foram atendidos.

Sr. Presidente, abrimos neste momento um grande debate. Sei que V.Exa. vai ajudar na realização dele, porque ele tem a finalidade de resolver um impasse, uma crise. Tenho certeza de que o dever de todos os que representam a população do Distrito Federal é mais do que discutir, é também encontrar saídas para as crises.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	2

O Item nº 4 da pauta da sessão extraordinária de hoje interessa os professores, pois refere-se à mudança da gratificação.

Esse é um projeto que não eleva a remuneração do professor, mas que atende uma exigência do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Ele é um "pedacinho" do que gostaríamos de ver discutido neste plenário. Gostaríamos de ver discutido o plano de carreira, assinado por vinte e dois Parlamentares, que está tramitando nessa Casa.

Sr. Presidente, antes de votarmos esse projeto, solicito que V.Exa. avalie duas questões. Em primeiro lugar, a proposta referente ao pagamento do vale-alimentação que a Deputada Eurides Brito, ex-Secretária de Educação, fez ao SAE. Solicito que isso seja incluído no projeto a partir de maio. Em segundo lugar, solicito a incorporação da gratificação da dedicação exclusiva. Isso representaria 12% de reajuste.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores adiciona ao Item nº4 duas emendas que tratam desses assuntos.

Sugiro que V.Exa. não vote esse projeto agora e tente, ao lado de outros representantes dessa brava categoria nesta Casa, negociar junto ao Secretário de Finanças e ao Governador, a possibilidade de aceitá-las, com a finalidade de restituir a normalidade à escola. Faço esse apelo porque esse projeto apenas impede a diminuição do salário.

**PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Item nº 1:**

"Discussão e votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 52, de 2001, de autoria do Poder Executivo, 'que altera o Art. 131, da Lei Orgânica do Distrito Federal'."



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	3

Relatores: Deputado Silvio Linhares - CCJ  
Deputado Wilson Lima - Comissão Especial"

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Lúcia Carvalho.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. não se pronunciou a respeito do meu pedido. Espero que, no decorrer da apreciação dos outros projetos, V.Exa. se manifeste.

Sr. Presidente, o projeto que votaremos em segundo turno, ajuda o Governo. Isso mostra que a oposição nem sempre vota contra o Governo. Esse projeto trata de todo o convênio do Confas que muda a alíquota de arrecadação do ICMS na área Federal com o objetivo de estender para o Distrito Federal. O pleito não é justo, pois, segundo a nossa Lei Orgânica, no ano eleitoral não é permitida a mudança no ICMS.

Na semana passada, conversamos com o Secretário de Fazenda com a finalidade de discutir as questões do Sindicato dos Professores. Dissemos a ele que a oposição votaria a favor, porque não quer "amarrar" o Governo. E sugerimos que, em contrapartida, o Governo destinasse R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) para o pagamento do vale-alimentação dos professores.

Falamos, ainda, a respeito da necessidade de negociar. Todos constatarão que, muitas vezes, nós da oposição somos o quorum desta ses-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	4

são. Para mudar a Lei Orgânica são necessários dezesseis votos. Somos Deputados assíduos e provaremos isso.

O Secretário de Fazenda foi sensível, mas alguém impediu que a negociação continuasse. O Secretário não pôde permitir o pagamento do vale-alimentação, como foi feito com o SAE. Portanto, tratam-se os servidores de uma mesma base com discriminação. Tenho a prova de que a Deputada Eurides Brito, ex-Secretária de Educação, cedeu o vale-alimentação aos auxiliares e não o cedeu aos professores. Isso vai contra a categoria da qual a Deputada faz parte.

Eu gostaria de ver esses convênios do Confas beneficiarem o Distrito Federal e a minha categoria.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos diante de uma matéria que se refere, especificamente, à política de benefício fiscal que o Governo pretende implantar no Distrito Federal.

Há um dispositivo na Lei Orgânica que veta a inauguração de benefícios fiscais no ano eleitoral. A proposta que o Governo apresenta fere o entendimento da Lei Orgânica. Isso dificultaria a alteração da alíquota do ICMS, sobretudo, em momentos de dificuldade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	5

Atualmente, vivemos uma dificuldade muito séria quanto à alíquota do ICMS de veículos no Distrito Federal, que é substancialmente superior à de Goiás. Isso leva o empresário do setor automobilístico a sair de Brasília e a comprar veículos nesse estado. Isso traz prejuízo ao Erário. Não queremos que isso aconteça, independentemente de quem seja o Governador. Queremos que as finanças públicas estejam saneadas, Sr. Presidente, V.Exa. participou do debate entre os empresários com o Secretário Valdivino. Estamos aqui para discutir o que é de interesse público.

Cabe registrar que foi a greve dos professores que possibilitou ao Governo do Distrito Federal um aumento da suplementação orçamentaria de R\$ 2.630.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões de reais) para R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais). Ora, esse brutal aumento na suplementação orçamentaria veio inclusive viabilizar o reajuste na saúde • cujos servidores sequer estavam de greve - que recebeu mais do que a própria educação, pois ao médico foi dado o direito do piso salarial na ordem de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais). Portanto, Sr. Presidente, este é um momento, independentemente das paixões partidárias, em que devemos ter paixão pela educação. Os professores merecem da nossa parte não apenas respeito, mas também uma postura propositiva que promova a solução da greve, porque ninguém tem interesse na greve pela greve. Queremos, sim, estabelecer a rede pública em seu pleno funcionamento e, nesse sentido, é importante que o Governo tenha sensibilidade. Os 10% de reajuste dado aos professores representam a ordem de R\$



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	6

80.000.000,00 (oitenta milhões de reais). Ora, a suplementação orçamentária foi bem maior do que isso.

Sr. Presidente, cabe registrar, pelas próprias palavras do Sr. Secretário da Fazenda, que a grande conquista não foi apenas o aumento da suplementação de R\$ 2.630.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões de reais) para R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), mas, sim, a indexação do reajuste orçamentário para o próximo ano, que situará de acordo com a variação da arrecadação líquida da União que, segundo as próprias palavras do Secretário, poderá variar entre 10% a 15%. Portanto, não há inviabilidade financeira. O que precisamos, neste momento, é deixar as paixões de lado e ir ao encontro da categoria com soluções objetivas que viabilizem a educação no Distrito Federal. Não abrimos mão de que a negociação é a saída justa para um momento tão grave em que vive a educação do Distrito Federal. Não há educação de qualidade quando professores estão em greve, pois eles são os recursos humanos, o patrimônio maior da educação. É por isso que, sem dúvida alguma, todos os Parlamentares, sobretudo aqueles que estão mais diretamente envolvidos com a educação, têm um papel decisivo no equacionamento dessa greve. Deixo aqui o meu apelo à Deputada Eurides Brito para que S.Exa., como ex-Secretária de Educação, tenha disposição de encontrar uma solução para essa greve e estabelecer o pleno funcionamento da educação em Brasília. Peço que o bom senso predomine no equacionamento de problemas tão relevantes que Brasília vive.

Obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, antes de me ater à questão aqui discorrida por meus antecessores, dizer da minha satisfação em retornar a esta Casa a que cheguei pelo voto popular tal qual ocorreu com todos os outros Parlamentares que aqui estão. Quero também reafirmar aos eleitores que me honraram com seus votos que estes serão honrados. Dos colegas espero contar com a paciência e com o apoio necessários para aprender a trilhar os caminhos deste Legislativo que tão relevantes serviços tem prestado à sociedade do Distrito Federal. Chego a esta Casa para aprender. Tolo é aquele que pensa ser detentor do saber.

Quero também registrar a minha homenagem aos servidores da Casa e o faço na pessoa de meus diletos amigos e companheiros de trabalho de tantos anos, o Arlécio Gazal e o José Flávio. Aprendi que é importante dar graças a Deus por tudo. E por esta nova fase de minha vida, quero agradecer ao Senhor dos senhores, pois tudo posso naquele que me fortalece. Retorno a Casa em um momento decisivo para a governabilidade do Distrito Federal, e diria mais, para o nosso próprio futuro. Refiro-me à criação do Fundo do Distrito Federal no Orçamento da União. Como sabem os senhores, esse fundo é indispensável à nossa governabilidade, pois assegurará os recursos necessários à manutenção das áreas de educação, segurança e saúde pública. Aprovado como um Projeto de Lei Complementar na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	8

8

Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, agora corre perigo em Plenário. Isso é o começo de tudo que vamos agora citar. É que Parlamentares da Câmara Federal se opõem à aprovação em Plenário do nosso Fundo do Distrito Federal, que será a redenção para estes problemas que estão aqui, irá nos tirar da condição de mendicantes e nos colocar na posição que merecemos ter, uma posição de respeito. É lamentável ver que, quando a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprova o fundo, o Deputado Ibrahim Abi Ackel alega que não seria justo Brasília, tendo uma das maiores rendas per capita do País, passar a contar com recursos específicos. Até parece que o Deputado é somente mineiro e não brasileiro, pois demonstra total desconhecimento das limitações e obrigações que nos cercam por sermos a Capital de todos os brasileiros. O pior é que o pensamento deste Deputado mineiro parecer ser o prevalecente no Congresso Nacional. Sem este fundo, teremos muitas manifestações como estas a cada mês, a cada semana, a cada dia, porque não sairemos da condição de mendicantes. É necessário que unamos as nossas forças às da bancada federal do Distrito Federal, envidando esforços para convencer os nobres Deputados Federais de que a aprovação do fundo não é um privilégio para os brasilienses, mas, sim, a garantia da governabilidade da Capital do País. Neste sentido, já protocolei moção de apoio aos Parlamentares federais do Distrito Federal e aos membros da Comissão de Constituição e Justiça que aprovaram a matéria. Protocolei, também, um requerimento à Mesa, para que seja indicada uma comissão de Parlamentares para acompanhar passo a passo a aprovação do fundo. Somente com a aprovação do Fundo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	9

do Distrito Federal é que teremos a autonomia e transparência na gestão dos recursos, o que permitirá que pessoas iludidas, enganadas, que não sabem o que é um orçamento público, estejam aqui a criticar. O Fundo é o primeiro passo para a nossa redenção. Por outro lado, eu deveria dizer, respondendo ao Deputado Wasny de Roure, que não foi a greve dos professores que levou ao repasse, muito pelo contrário, foi o trabalho do Governo do Distrito Federal, ao longo destes anos, que fez com que o Governo Federal concordasse em tirar da letra da Constituição e enviasse o projeto da criação do Fundo do Distrito Federal para o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, é por esse caminho que devem ser envidados os nossos esforços para que saiamos dessa situação crítica, dessa situação excêntrica, de por um lado sermos uma Unidade autônoma da Federação e, por outro, que autonomia é essa se não temos autonomia financeira? A autonomia financeira virá somente com a regularização do Fundo.

Respondendo à Deputada Lúcia Carvalho quanto à questão do auxílio-alimentação, tal questão será equacionada pelo Governo, e foi precedida pela equação do problema para o Sindicato dos Auxiliares de Educação por uma razão simples. Desde que o Partido de S.Exa. deixou de pagar o auxílio-alimentação em 1996, transitou em julgado a questão do SAE, o nosso Governo apresentou a proposta que foi aceita por aquele sindicato, e o pagamento começará a ser efetuado. Esse governo não é o do calote, o do calote é o que suspendeu o pagamento do tíquete-alimentação, tornando a dívida praticamente impagável.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	10

O Fundo do Distrito Federal deve ser a nossa primeira luta, e com ele iremos regularizar todas essas situações.

Muito obrigada.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. deveria pedir delicadamente à Deputada Eurides Brito, que é educadora, para ler o Regimento. Quando estivermos debatendo o repasse da União, aí sim deve ser discutido o repasse da União. Se agora estamos discutindo o PELO, que é o Item nº 1, referente a convênios do Confaz, é sobre isso que devemos discutir e ilustrar a nossa discussão, e não fazer propaganda neste plenário dos atos feitos de forma desmoralizada por essa Secretária.

Peço a V.Exa. que entregue à Deputada um Regimento Interno, para que o leia e saiba que o debate agora é sobre convênios do Confaz, e não propaganda eleitoral malfeita, como o Governo tem feito pela televisão.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professores presentes na galeria, eu gostaria de me ater ao projeto do PELO para fazer uma ligeira com-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	11

paração. Estamos votando, professores, uma alteração da Lei Orgânica e nessa alteração se prevê inclusive a possibilidade de que o GDF passe a arrecadar mais dinheiro. Contraditoriamente, estamos assistindo a algumas coisas interessantes. Primeiro estamos vendo o retorno da ex-Secretária Eurides Brito, que deixa de ser Secretária e volta a ser Deputada.

Infelizmente, Prof<sup>a</sup>. Eurides Brito, V.Exa. retorna em um momento lamentável. Esse retorno poderia ter sido coroado de êxito se V.Exa. tivesse negociado a greve em curso que prejudica milhares de professores da rede e milhares de alunos que esperam estudar, e o Governo não quer que esses professores voltem à sala de aula.

Lamentavelmente também, Deputada, estamos aqui diante de uma realidade dura. Enquanto V.Exa ocupava o mandato Executivo de Secretária de Educação, era exibido um clipe na televisão dizendo que os professores estavam prejudicando as crianças do Distrito Federal pois a escola era um lugar onde elas se alimentavam, e naturalmente os professores tomavam conta delas, como se a escola fosse uma creche.

Eu não sou professora, gostaria de ser, mas creio que V.Exa., sendo professora, conhece o conceito de educação. A função do professor, do meu ponto de vista, é apenas ser professor, e não ficar dando alimentação à criança ou tornando a escola uma creche. Educar é muito mais do que isso. Embora alimentar seja uma grande função, os professores devem educar.

Por último, Prof<sup>a</sup>. Eurides Brito, o Partido dos Trabalhadores tem aqui nesta Casa uma educadora que tem lutado sistematicamente em defe-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	12

sa dos direitos da educação. Esta educadora é a Prof<sup>a</sup>. Lúcia Carvalho, que nunca deixou de orientar a nossa bancada e de mostrar ao nosso Governo como a educação deveria ser tratada. Ao mesmo tempo em que os professores da rede oficial estão em greve, há o movimento das mães da bolsa-escola que também tiveram o seu direito cassado, e isto não ocorreu durante o governo do Partido dos Trabalhadores. Isto está ocorrendo no Governo do Sr. Joaquim Roriz, e V.Exa., Deputada Eurides Brito, era a Secretária de Educação.

Portanto, não vamos repassar ao Governo passado aquilo que o atual Governo, capitaneado por V.Exa., não fez. V.Exa. não negociou nem resolveu os problemas da educação. Aliás, como leio agora em uma cartolina, "a educação está em colapso" e os educadores estão dizendo que esse colapso é graças ao trabalho de V.Exa.

O Partido dos Trabalhadores não tem nada com isso. O Partido dos Trabalhadores faz a defesa dos trabalhadores da educação. O Partido dos Trabalhadores luta pela bolsa-escola, quer educação em primeiro lugar e professores em primeiro lugar em salas de aula.

É esta a nossa concepção, Deputada Eurides Brito.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg,

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, prezadas amigas e amigos professores presentes nesta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	13

Em primeiro lugar, quero saudar a vinda dos novos Parlamentares que reassumem o seu mandato, tornando esta Casa mais interessante, mais aguerrida e os debates certamente mais calorosos.

As minhas primeiras palavras são dirigidas aos professores que hoje nos honram com sua presença nesta Casa. Sr. Presidente, está havendo uma briga na galeria, mas tenho certeza de que não são os professores que estão brigando.

Sr. Presidente, quero dirigir as minhas primeiras palavras à Deputada Eurides Brito.

Tenho certeza de que não são os professores que estão brigando na galeria. Os professores estão aqui, de forma muito educada, para reivindicar os seus direitos.

Dirijo as minhas primeiras palavras à ex-Secretária de Educação, Deputada Distrital Eurides Brito. Considero que S.Exa. está tendo hoje uma primeira demonstração do sentimento dos trabalhadores da área de Educação e do sentimento da população de Brasília. Essa oportunidade, Deputada Eurides Brito, é muito valiosa. No momento em que V.Exa. sai daqueles gabinetes refrigerados do Palácio do Buriti, onde a distância da população e dos problemas da população é infinita, para vir à Câmara Legislativa, onde a população encontra-se presente, manifestando-se livremente e mostrando a sua repulsa, o seu repúdio à política de educação do Governo do Distrito Federal.

Aliás, com toda sinceridade, acredito que não podemos dizer que este Governo tenha política de educação, porque não tem. O que nós esta-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	14

mos vendo é um completo desmonte, no Distrito Federal, de uma Educação Pública que já foi referência em todo o País. Podemos citar o fim da gestão democrática, uma conquista dos professores que foi tolhida por este Governo.

Sr. Presidente, a Deputada Eurides Brito assumiu a tribuna e não ficou restrita ao item da pauta. Eu quero de V.Exa. o mesmo tratamento.

Este Governo acabou com a gestão democrática nas escolas, que havia sido uma conquista de todos os trabalhadores de Educação. Este Governo pratica um crime contra o bem público ao vender, para a iniciativa privada, as áreas destinadas à construção de bibliotecas, de novas quadras de esporte e de novas salas de aula, nas escolas públicas. Como ficará a Educação Pública no futuro desta cidade? E agora, o Governo mostra-se absolutamente insensível em relação ao pleito dos professores, que têm, como vencimento básico, - pasmem vocês - R\$ 221,00 (duzentos e vinte e um reais), já acrescido do aumento de 10%. Isso é uma afronta ao direito, à educação, a todos que querem construir uma cidade e um País melhor. Este é o mesmo Governo que, ao longo do ano passado, gastou R\$ 97.800.000,00 (noventa e sete milhões e oitocentos mil reais) com propaganda e publicidade. Esta Casa, muitas vezes, retirou dinheiro da Educação para empregar em propaganda e publicidade. A população não é boba. Basta ligar a televisão para vermos, no intervalo comercial, duas, três, às vezes, até quatro propagandas de órgãos diferentes do GDF, numa afronta ao interesse público. Este dinheiro poderia estar sendo utilizado na melhoria do salário dos professores, na melhoria das condições das escolas, na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	15

construção de postos de saúde, e que está sendo utilizado para fazer propaganda enganosa. Propaganda que não tem o caráter informativo ou educativo que prevêem a Lei Orgânica e a Constituição. Todos aqui assistiram ao Governo gastar milhões de reais para fazer propaganda contra os professores, buscando jogar a população contra os professores.

Então, Deputada Eurides Brito, com todo o respeito, esse sentimento que V.Exa. vê hoje na Câmara Legislativa é o sentimento da população do Distrito Federal: repulsa à falta de interesse do Governo com a Educação, à falta de compromisso do Governo com as futuras gerações. Desejo que V.Exa. seja contaminada por este sentimento que vem das ruas, e que origina-se de pais e de mães que dedicaram suas vidas a educar nossos filhos e que só têm encontrado indiferença e desrespeito por parte do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que não coloque em pauta o projeto que foi encaminhado pelo Poder Executivo, referente aos servidores da Belacap, para que possamos discutir melhor a matéria com a Secretaria de Gestão Administrativa, haja visto que o projeto tem alguns problemas relacionados aos servidores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Para o bem dos servidores da Belacap, o projeto fica retirado da pauta até que possamos discuti-lo melhor.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto em discussão altera o art. 131 da Lei Orgânica e propõe, por meio de uma alteração da nossa Lei Maior, a possibilidade de concessão de benefícios fiscais já no período eleitoral. Sabemos que essa definição dar-se-ia a partir do Confaz, onde existe uma reunião de vinte e sete secretários de Fazenda de todos os Estados e, então, seria homologada, no âmbito do Distrito Federal, após a aprovação pela Câmara Legislativa, tal decisão de alteração.

Temos algumas preocupações mas entendemos que, como fez a bancada do PT, durante todos esses anos, nesta Casa, jamais poderíamos adotar tal medida em prejuízo do conjunto da população, mesmo levando em consideração estarmos em um período eleitoral.

Hoje, o Distrito Federal concede aproximadamente 5% de seu orçamento em benefícios fiscais a empresários, em torno de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) do total do Orçamento.

Sr. Presidente, se é possível que seja adotada uma medida que traz benefícios aos empresários no total de aproximadamente R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) por ano, por que o Go-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	17

verno do Distrito Federal não pode adotar medidas semelhantes para beneficiar uma categoria que constrói uma das melhores Educações deste País?

Queríamos debater este importante assunto.

Pergunto à ex-Secretária Eurides Brito o que V.Exa. entende por "calote"? Será que calote não foi retirar das contas das mães da Bolsa-escola aproximadamente R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)? Sumir com esse dinheiro, que estava no Banco de Brasília, já depositado nas contas? Será que não foi "calote" não pagar às famílias mais carentes do Distrito Federal, um direito estabelecido por lei? Um exemplo semelhante, Deputada Eurides Brito, só verificamos, na História do Brasil, quando o ex-Presidente Collor de Melo, que foi cassado por corrupção, "meteu a mão" na poupança do povo brasileiro, confiscando-lhes as economias.

A Deputada Eurides Brito deve a esta Casa um conjunto de explicações como, por exemplo, sobre a denúncia de superfaturamento da merenda escolar. V.Exa. deveria explicar o que não foi explicado até hoje. A perseguição a diversos profissionais nos mais diversos cantos do Distrito Federal.

Deputada Eurides Brito, V.Exa. mandou para esta Casa um projeto que vendia lote destinado a construção e ampliação de escola. É essa a postura que V.Exa. teve à frente da Secretaria. V.Exa. deveria se envergonhar porque largou a Secretaria de Educação deixando vinte mil mães lesadas pelo calote na Bolsa-Escola e os profissionais de Educação até hoje em greve, deixando a população de Brasília sem aula. É esse o triste legado que V.Exa. deixou para o povo do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	18

Como se não bastasse, Sr. Presidente, Deputado Gim Argello, durante esses três anos em que a Deputada Eurides Brito aqui não esteve, vários Deputados da base Governista vieram até este microfone denunciar a postura autoritária e arrogante que ela teve contra os Parlamentares, inclusive com seus próprios aliados. É esse o triste legado que V.Exa., Deputada Eurides Brito, deixou para a educação do Distrito Federal.

Esta Casa é democrática. Embora V.Exa. sempre tenha feito ouvido de mercador, aqui V.Exa. terá de ouvir todas as verdades dos professores, da população de Brasília, das mães da Bolsa-Escola e até dos seus amigos de bancada. Deputada Eurides Brito, V.Exa. terá de ouvir, porque aqui não há como esconder.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, peço a palavra para usar do direito de resposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa., pelo tempo de três minutos.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para usar do direito de resposta. Sem revisão do oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta sessão festiva, que foi organizada para a minha entrada nesta Câmara Legislativa, não me assusta. Essa é primeira ponderação que quero fazer.

Não sou mulher de me amedrontar porque alguns falam alto. Não sou mulher de me amedrontar porque alguns dão cunho de verdade a inver-



Data	Horário <b>Início</b>	Sessão/Reunião	H	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA		19

dades. Não sou mulher de me amedrontar porque alguns fazem de meias verdades pretensas verdades.

Eu apenas gostaria de dizer que o superfaturamento da merenda escolar, se tivesse existido, já haveria colocado alguém da Secretaria de Educação ou da antiga Fundação Educacional para comandar as finanças do país, porque quem consegue, com um percentual per capita de 0,13% por criança alimentá-las e ainda superfaturar, poderia está sendo indicado para corrigir as finanças mundiais.

Denúncias feitas por um jornal foram, por esse mesmo jornal, levadas à Justiça, o fórum adequado - e não esses gestos obscenos - para discussão. O jornal denunciante disse à Justiça que sua matéria não tinha cunho de veracidade nem fazia juízo de valor. Ora, o que é que não tem cunho de verdade? O que não tem cunho tem de verdade? O que não tem cunho de verdade é a mentira. E brevemente o parecer final, já com essa reatuação do denunciante, estará sendo, com toda certeza, arquivado no Tribunal de Contas.

Sobre a questão do fim de gestão democrática, é interessante dizer que participei no Congresso Nacional da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e demos um sentido à gestão democrática e às várias formas que os governantes podem usá-la na administração de suas escolas, por exemplo, um concurso público para diretor, como faz o Estado de São Paulo, deixa de ser uma gestão democrática? É óbvio que não. Um concurso, como fazemos, para escolha por mérito e depois a eleição direta para conselho escolar deixa de ser uma gestão democrática? É claro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	20

que não. Cada governante que passa pelas urnas num estado democrático tem direito de implantar o seu modelo.

O Deputado Paulo Tadeu refere-se à venda de terrenos e o que tenho a dizer é que a minha maior preocupação hoje é construir escolas para os alunos do Cruzeiro, onde seu partido vendeu, por modos obscuros, para o Ciman, o último terreno que existia de propriedade da Fundação Educacional para que fosse construída uma escola. Hoje estamos impedidos de aumentar a rede educacional naquela cidade em virtude disso. E esse é só um caso dos constantes da imensa lista que passarei em breve às mãos de V.Exa. para que nunca mais diga que isso é uma prática nossa.

Sr. Presidente, resumo dizendo que pensei estrear nesta Câmara Legislativa discutindo os projetos em pauta, mas estreio numa assembleia que não me assusta. Quero dizer a esse grupo aí que o grupo de educação que dá uma solidariedade a mim, com certeza, é muito maior.

Muito obrigada.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, peço para fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para usar do direito de resposta. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda continuo sem ter a resposta da Sra. Deputada Eurides Brito. S.Exa. não consegue explicar o porquê de não ter vindo a esta Casa dar explicações sobre o superfaturamento das merendas escolares. Ocorreram vários requerimentos para que S.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	21

viesses a esta Casa. A bancada de Oposição assinou, inclusive, um pedido de CPI. Faço um desafio a V.Exa., Deputada Eurides Brito, que abramos de imediato nesta Casa a CPI dos superfaturamento das merendas escolares para que V. Exa. possa provar se houve ou não esse superfaturamento.

Deputada Eurides Brito, a venda de lote de escolas é uma realidade porque no ano passado foi discutido nesta Casa um projeto vindo da Secretaria de Educação para que aprovássemos a venda de diversos lotes em diversos pontos do Distrito Federal. E não há explicação quanto a isso.

Deputada Eurides Brito, V.Exa. mostra seu caráter ditatorial quando diz, de maneira bem clara, que a gestão democrática tem que acabar porque um governo eleito pelas urnas vale mais que um diretor eleito pela comunidade escolar. Ora que contradição é essa? Se o Governador e V.Exa., que foram eleitos pelo voto popular, acham isso legítimo, V.Exa. também não acha legítimo o fato de a comunidade escolar votar em seu diretor? Qual é a diferença real de uma eleição para a outra? O fato é que V.Exa., ao indicar os diretores, não está adotando o critério técnico, o critério de acompanhamento com a comunidade escolar, mas, sim, dos cabos eleitorais de V.Exa., que recebem dinheiro para vir a esta Casa provocar os professores.

V.Exa. terá de explicar a esta Casa como foi feito o recadastramento do programa Renda Minha. Se V.Exa. tiver uma explicação lógica para esse recastamento, provavelmente encontraremos mais vinte mil cabos eleitorais recadastrados de maneira ilegal neste programa. Vamos provar que V.Exa. cometeu mais um desmando com o dinheiro público.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, pessoas presentes na galeria que estão acompanhando o desenrolar da greve do Sindicato dos Professores, evidentemente que Brasília já demonstrou claramente, mais de uma vez, que está com o coração pelos professores em greve. Isso é um dado que tem de ser analisado porque o Governador Joaquim Roriz, em greves anteriores, tentou sufocar o movimento dos professores utilizando-se, inclusive, dos anseios da população de ver os filhos na escola.

Mas, hoje, a barbaridade é tão grande que os professores encontraram o apoio direto da sociedade de Brasília, que quer vê-los recebendo salários justos para que haja ensino com qualidade.

No entanto, temos hoje nesta Casa a Deputada Eurides Brito, nossa colega, que até dois dias atrás foi Secretária do Governo. O que acontece? Como Secretária é uma coisa e como Parlamentar é outra? Como S.Exa. se posicionará frente à greve dos professores? S.Exa. ouvirá o justo anseio da cidade, que clama por uma proposta justa para os servidores da Educação para que eles possam voltar às aulas? Ou S.Exa. continuará utilizando a política antiprofessor e, fundamentalmente, antipovo do Governo Roriz? Qual será o papel da ex-Secretária, agora Deputada Eurides Brito, em relação a esta greve?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	23

Uma coisa é certa: esta greve está marcando a história política do Distrito Federal porque os professores não estão recuando um milímetro do que estão exigindo, que é escola boa, que é qualidade de ensino no Distrito Federal.

É por isso que nós da bancada do Partido dos Trabalhadores, especialmente a Deputada Lúcia Carvalho, ex-líder e dirigente sindical desta categoria, fechamos posições a respeito desta questão: queremos negociações que elevem os salários dos professores, que assegurem um plano de carreira mais justo.

Esta é a mensagem do Partido dos Trabalhadores: Não vamos recuar, não vamos ceder. Queremos que a Deputada Eurides Brito participe do processo de negociação, pois esta Casa é um Parlamento e aqui a Deputada já não tem mais a prerrogativa de Secretária do Governo. S.Exa. deverá cumprir aqui o papel que não cumpriu quando foi Secretária, que é o de negociar e buscar alternativas para assegurar que os professores tenham o seu direito assegurado.

Não queremos ouvir a Deputada Eurides Brito fazer discurso de lamentação, mas de solução. Aqueles que ocupam cargos no governo têm responsabilidades e devem cumpri-las. Não adianta fazer discurso vazio enquanto existe uma categoria em greve. É uma vergonha a Deputada Eurides Brito ter voltado a esta Casa sem ter resolvido o problema dos servidores da Educação.

Esta é a mensagem do Partido dos Trabalhadores: Queremos imediata negociação por parte deste governo. Não queremos negociação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	24

rasteira, que procura trapacear a consciência do trabalhador da educação. Queremos negociação que, de fato, atenda às reivindicações concretas dos servidores.

Ao contrário da promessa feita por este Governo aos servidores da Educação, que é o aumento de 28%, o que vemos é um descaso por parte deste governo que fez com que esses funcionários fossem obrigados a recorrer à greve para que suas reivindicações sejam ouvidas.

Deputada Eurides Brito, gostaríamos imensamente que V.Exa. assumisse um outro papel nesta Casa que é o de abrir um processo real de negociação com essa categoria tão valorosa que é a dos professores.

Essa é a luta que vamos travar neste momento.

Muito Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação, em 2- turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 52, de 2001, de autoria do Poder Executivo, que "altera o Art. 131 da Lei Orgânica do Distrito Federal".

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a proposta; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

25

SESSÃO ORDINÁRIA  SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Data: 09 / 17 / 2002  
 VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO  
 PARECER ORAL (VERSO)  APROVEIADA REDAÇÃO FINAL 04 / 4 / 2002  
 CJCJ  JCEOF  UCAS  CJCDDH  CEDP  CAF  CDC  CES  CS  CDESCTMA  M. DIR.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

OUTROS

Autor: **Deputado(a):** \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: **Deputado(a):** \_\_\_\_\_

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO <b>AGRÍCIO</b> BRAGA - PFL	X				
DEPUTADO <b>AGUINALDO</b> DE JESUS - PFL	X				
DEPUTADO <b>ALÍRIO NETO</b> - PPS	X				
DEPUTADO <b>ANILCEIA</b> MACHADO - PSDB	X				
DEPUTADO <b>BENÍCIO</b> TAVARES - PTB				X	
DEPUTADO <b>CARLOS</b> XAVIER - PSD				X	
DEPUTADO <b>CÉSAR</b> LACERDA - PTB	X				
DEPUTADO <b>CHICO</b> FLORESTA - PT	X				
DEPUTADO <b>DANIEL</b> MARQUES - PMDB	X				
DEPUTADO <b>EDIMAR</b> PIRENEUS - PTB	X				
DEPUTADO <b>EURIDES</b> BRITO - PMDB	X				
DEPUTADO <b>JOSÉ</b> EDMAR - PMDB				V	
DEPUTADO <b>JOSÉ</b> TATICO - PSD				X	
DEPUTADA <b>JOÃO</b> DE DEUS - PPB	X				
DEPUTADA <b>LÚCIA</b> CARVALHO - PT	X				
DEPUTADO <b>MANINHA</b> - PT	X				
DEPUTADO <b>NIJED</b> ZAKHOUR - PMDB	X				
DEPUTADO <b>ODILON</b> AIRES - PMDB	X				
DEPUTADO <b>PAULO</b> TADEU - PT				V	
DEPUTADO <b>RAJÃO</b> - PSDB	X				
DEPUTADO <b>RODRIGO</b> ROLLEMBERG - PSB	X				
DEPUTADO <b>WASNY</b> DE ROURE - PT	X				
DEPUTADO <b>WILSON</b> LIMA - PSD	X				
DEPUTADO <b>GIM</b> ARGELLO - PMDB	X				
<b>TOTAL</b>	19			01	04

ASSP

SECRETÁRIO Y

ASSP  
PEL Nº 52 / 01  
Fls.º 08 -



Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	CP	25

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

- “Discussão da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 52, de 2001, de autoria do Poder Executivo, que ‘altera o art. 131 da Lei Orgânica do Distrito Federal’.”

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO NIJED ZAKHOUR (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de justificar a ausência do Líder do PMDB, Deputado José Edmar, que neste momento se encontra numa reunião, em Taguatinga.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	26

Aproveito a oportunidade, como Vice-Líder do partido, para parabenizar e dar as boas-vindas aos companheiros que retornaram a esta Casa de Leis, entre eles, principalmente, os nossos três companheiros do PMDB: Deputada Eurides Brito, Deputados Odilon Aires e Daniel Marques.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Item nº 9:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.937, de 2002, de autoria do Poder Executivo, que 'acrescenta dispositivo à Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação'.

Relatores: Deputado - CEOF

Deputado - CCJ"

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado César Lacerda, que designe relator para a matéria.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Solicito ao Relator, Deputado César Lacerda, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 2.937, de 2002, de autoria do Poder Executivo, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	28 27

'dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação'."

Sr. Presidente, após detalhado exame por esta Comissão, não encontramos óbices que impossibilitem a aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

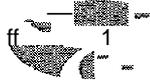
PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra à Deputada Lúcia Carvalho.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e senhores da imprensa, o projeto que estamos votando agora trata do ICMS de veículos, que está sendo reduzido de dezessete para doze por cento.

Acabamos de decidir aqui que, no ano eleitoral, não seria feita nenhuma redução, a menos que passasse pelo Conselho dos 27 Secretários. Alertei ao nosso amigo José Flávio, Representante do Governo, que esse projeto precisa ser votado antes na área federal para depois ser votado aqui, senão, irá ferir a alteração que fizemos. É possível alterar o ICMS desde que, na área federal, os Secretários se reunam e votem, adotando uma medida em nível nacional, sem que o Governo de São Paulo, do Mato Grosso, ou do Distrito Federal, por exemplo, sejam beneficiados.

Essa matéria interessa a todos aqui, Situação e Oposição, mas é bom lembrar que, se não nos for mostrado o convênio do Confaz, a nossa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	28

bancada não irá votar. Alertamos a bancada governista de que isso é irregular! Pode-se alterar o ICMS? Sim, desde que haja a reunião do Confaz.

Eu e os Deputados Wasny de Roure e Gim Argeilo estávamos conversando com o Secretário de Fazenda, numa reunião, e foi dito o seguinte: "Há caixa para pagar o vale-alimentação, sim! Os professores contribuíram com a possibilidade do repasse de trezentos milhões. Vocês poderiam nos ajudar nesse projeto?" Ajudamos, desde que ele não fira aquilo que acabamos de votar.

Deputado Gim Argello, a nossa bancada quer votar a favor do projeto, mas não quer fazer uma votação irregular. Sei que os Deputados Alírio Neto, Rodrigo Rollemberg e a bancada irão se retirar. Serão necessários dezesseis votos e a bancada da Situação não alcança esse número. Então, peço a V.Exa. um tempo para que vejamos o Convênio do Confaz. Assim, não haverá problema algum.

Não quero estabelecer uma briga ideológica com a ex-Secretária, mas gostaria de saber por que S.Exa. não foi para a Comissão de Educação. S.Exa. não escolheu a Comissão de Educação e não aceitou o convite para o debate sobre questões da Educação. Então, é muito fácil dizer que está tranquila. Também estou, mas muito triste, porque a minha categoria sofre com essa situação. Neste momento, não tenho como dizer que há tranquilidade no meu coração, quando há pessoas punidas por S.Exa., sem um centavo para pagar o leite de seus filhos. Isso não é postura de uma mãe de família nem de uma Secretária ou Deputada. O meu Governo nunca cortou salário. Pagou um ano de vale-alimentação. Pague um ano de vale-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	77 7 29

alimentação! Esse é o meu desafio. No ano que vem, será um outro Governo e, se for o nosso, continuaremos pagando, com certeza, porque aprendemos a lição: sem professor não há educação e não há vitória no Governo do Distrito Federal!

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, creio que, em primeiro lugar, cabe ao Líder do Governo dizer por que esse projeto é importante.

Deputado César Lacerda, como Relator do projeto, seria muito importante que V.Exa. dissesse aos Parlamentares quantos milhões de reais representará para os cofres públicos do Distrito Federal a perda deste projeto de lei.

Não há dúvida de que o Governo do Distrito Federal encontra-se numa situação de estrangulamento, uma situação em que se não tomar medidas fiscais objetivas perderá uma enormidade de recursos porque deixará de vender os veículos no âmbito do Distrito Federal, que passarão a ser vendidos no Estado de Goiás para ser utilizados aqui no Distrito Federal.

Portanto, Sr. Presidente, cabe, no mínimo, uma explicação mais consequente a respeito desse projeto de lei, porque a Deputada Lúcia Carvalho levantou um dado objetivo: uma decisão de redução de alíquota de ICMS não pode ser feita sem antes ter uma autorização do Confaz, sem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	30

antes haver uma deliberação do Secretário de Fazenda sobre se procede ou não a redução.

Alguns estados já tomaram, sim, essa decisão, e o Distrito Federal ainda não tomou, mas antecede-se a uma decisão do Confaz, e o Governo tem de responder por que pretende tomar essa decisão.

Sr. Presidente, com todo respeito aos Deputados aqui presentes, eu gostaria de lembrar à colega Deputada Eurides Brito - e eu pediria a atenção de S.Exa. - a questão do vale-alimentação: O vale-alimentação foi implantado no término do Governo Roriz em 1994. E aí, sim, é desrespeito delegar para o novo Governo aquilo que a Lei de Responsabilidade Fiscal não autoriza. Isso é leviandade política. Foi em 1995, como Secretário de Fazenda, que implantamos o auxílio-alimentação.

Portanto, não venha utilizar do mesmo discurso para dizer meias verdades.

Não adianta, Sr. Cidadão, fazer gestos com essa mãozinha. Com essa mãozinha o senhor deveria estar no seu local, administrando para ganhar o seu cargo comissionado e não vir aqui, sem estar em estado de greve, para tirar casquinha dos que estão fazendo enfrentamento para o senhor, depois, também ter um aumento salarial, quando, na verdade, deveria estar lutando pela sua categoria e não ser comprado com cargo comissionado.

É assim que deveriam se sentir: envergonhados!

Obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, não acredito que tenhamos 18 Parlamentares em plenário. Não vou reivindicar que V.Exa. submeta o parecer à votação nominal, mas quando houver a votação do projeto em primeiro turno, já registro a necessidade de fazermos dessa forma. Ao mesmo tempo, solicito que recebamos a informação do Confaz a respeito da prorrogação desse convênio para que possamos anular a decisão tomada por esta Casa há alguns minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Deputada Lúcia Carvalho, o Deputado Wasny de Roure fez uma explanação sobre isso e acho que esclareceu as dúvidas. Porém, de qualquer forma, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e a votação do projeto em primeiro turno será feita de forma nominal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	32

Na ausência do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Rajão, solicito ao Deputado Wilson Lima que apresente o parecer da CCJ sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.937, de 2002, de autoria do Poder Executivo, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS".

No âmbito desta Comissão, não vislumbramos qualquer óbice à sua aprovação. Pelo contrário, a presente proposição se encontra dentro dos bons princípios de constitucionalidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e redacional.

Portanto, somos pela sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	33

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.937/02.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

35

SESSÃO ORDINÁRIA  SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO  
 PARECER ORAL (VERSO)  APROPRIADA REDAÇÃO FINAL / / 2002  
 CCJ  CICEOF  CAS  CDDHCEDP  CCAF  CDC  CES  CS  CDESCTMA  M. DIR.  
 PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº(S) \_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_

Data: 09 / 14 / 2002

PROJETO DE LEI Nº(S) 2932/02

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_

OUTROS

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PFL	X				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	X				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS	X				
DEPUTADO ANILCEIA MACHADO - PSDB	X				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	X				
DEPUTADO CARLOS XAVIER - PSD				X	
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT	X				
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	X				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PTB	X				
DEPUTADO EURIDES BRITO - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB				X	
DEPUTADO JOSÉ TÁTICO - PSD				X	
DEPUTADA JOÃO DE DEUS - PPB	X				
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT	X				
DEPUTADO MANINHA - PT				X	
DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - PMDB	X				
DEPUTADO ODILON AIRES - PMDB	X				
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	X				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	X				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	X				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PMDB	X				
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>			<b>04</b>	

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ ASSP  
Fls.º \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário <b>Início</b>	Sessão/Reunião	Página
09/04/02A	15h50min	EXTRAORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

O projeto segue a tramitação regimental.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente sessão, convocando sessão extraordinária, a realizar-se logo após esta, para apreciação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.937, de 2002.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h12min.)